

Anistia, o assunto mais polêmico da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A anistia continua sendo um dos poucos temas não "amarrados" dentro da Comissão de Sistematização, que ontem encontrou mais um lugar fora do Congresso Nacional para se reunir: a residência do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). O problema encontrado pelo relator Bernardo Cabral e seus relatores adjuntos refere-se às pressões maiores sobre a Constituinte por parte de pessoas que já foram beneficiadas com anistias anteriores (1979 e 1985).

"Eu mesmo, se permanecer a anistia como estão querendo, vou ganhar uma bolada", exemplificava, ontem à noite, Fernando Henrique Cardoso, beneficiado pela anistia de 1979. Ele afirmou que os que estão precisando de anistia agora são justamente "os mais pobres, os cabos, soldados, sargentos e marinheiros, os que precisam de Justiça". E adiantou que a anistia sugerida para o primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, que deverá ser entregue amanhã às 17 horas, não vai permitir a reintegração, nem pagamentos dos atrasados dos anistiados.

"FALSIDADE IDEOLÓGICA"

O relator Bernardo Cabral cha-

rou a atenção para um outro grupo que ele considera dos mais injustiçados e que merece anistia: as pessoas cassadas depois de julho de 1969 através de atos que não foram assinados pelo então presidente Costa e Silva porque o presidente, àquela altura, se encontrava com paralisia parcial que não lhe permitia escrever, como ficou comprovado, depois, através de uma denúncia do general Jaime Portela.

"Temos que examinar esses casos de cassações sob falsidade ideológica", disse Bernardo Cabral. E é exatamente sobre esse ponto que reside ainda a falta de definição no substitutivo. A alternativa de não impor a reintegração dos punidos ou cassados pode ser o caminho para a solução do parecer de Bernardo Cabral. De todo modo, a incerteza ainda existe dentro da Comissão de Sistematização.

Bernardo Cabral informou que há praticamente consenso sobre sistema de governo, com pequenas alterações, e reiterou que se o parlamentarismo prevalecer na futura Constituição já existe até data para o início de sua vigência no País: 15 de março de 1988. Ele considerou naturais as críticas do presidente José Sarney ao parlamentarismo e a sua defesa do presidencialismo. E disse que, como parlamentarista, está fazendo o mesmo: lutando para que prevaleça sua proposta.

REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária, outro nó górdio na elaboração do substitutivo de Cabral, e um dos motivos do adiamento do prazo de entrega do substitutivo, de domingo para amanhã, segundo Bernardo Cabral, caminha para uma solução, que seria um mecanismo de prévia vistoria para examinar se a terra tem ou não função social, antes de ser desapropriada; e a garantia de recurso do proprietário contra a desapropriação para ser resolvida no prazo de 90 dias pela Justiça Federal, quando, então, se daria a imissão de posse (ou por decisão judicial ou pela falta dela, no prazo). No caso de o proprietário ganhar a causa, provando o valor social de sua terra, ele seria indenizado em dinheiro, e não mais em Títulos da Dívida Agrária (TDA) resgatáveis em 20 anos, como é o caso para as terras improdutivas. Em nenhum caso a desapropriação poderá ser suspensa, pois ela é considerada irreversível.

EMENDAS POPULARES

A Comissão de Sistematização inicia amanhã, em reunião convocada para as 15 horas, o período de debate sobre o mérito das emendas populares. Será a primeira vez que um popular terá acesso à tribuna parlamentar, para a defesa das emendas, por indicação de seus subscritores.

Ulysses continua fiel ao presidencialismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Nem parlamentarismo, nem presidencialismo caudilhesco" — explicou ontem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao defender a manutenção do sistema presidencialista de governo, mas com a adoção de medidas que fortaleçam o Poder Legislativo e permitam maior controle e fiscalização sobre os atos do Executivo.

Segundo Ulysses, o presidencialismo "dá resposta pronta" a países em desenvolvimento como o Brasil, o que não ocorre no parlamentarismo, que ele considera mais adequado para países desenvolvidos. Nem mesmo a possibilidade de se tornar primeiro-ministro o sensibiliza: "Não podemos ser a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo por interesses pessoais, mesmo que legítimos. Precisamos defender o que consideramos melhor para o País".

Ulysses previu que esse será o tema mais polêmico a ser definido em plenário pela Constituinte, caso não se chegue a um entendimento antes de o substitutivo do relator Bernardo Cabral chegar à votação. E negou a existência de um anúncio de complô, denúncia atribuída a Cabral, para derrubar a proposta de parlamentarismo. Depois de dizer que não acredita que Cabral tenha feito declarações nesse sentido, classificou as notícias sobre o complô de "bobagens".

O presidente da Constituinte também discordou da declaração do presidente Sarney de que o regime parlamentarista, se aprovado, poderia ser considerado uma traição pelos eleitores que pregam as diretas já. De acordo com Ulysses, ao eleger a Constituinte, o povo sabia que se tratava de uma assembléia soberana, "inclusive para aprovar um reinado, um império ou o parlamentarismo no Brasil".

Ulysses Guimarães está articulando com os relatores adjuntos de Bernardo Cabral uma série de medidas a serem inseridas na futura Carta, com o objetivo de fortalecer o Poder Legislativo e reduzir os poderes do presidente da República. Entre elas, a possibilidade de convocação de ministros de Estado para depor nas comissões técnicas da Câmara e do Senado, o que é prerrogativa, hoje, apenas das comissões parlamentares de inquérito; a inclusão nos crimes de responsabilidade dos pedidos de informações ao Executivo que não forem respondidos em tempo hábil; e mecanismos de controle dos gastos públicos mais eficientes do que os existentes na Constituição em vigor.

AMPLOS PODERES

Já o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, negou ontem a informar os assuntos tratados durante a audiência que teve de manhã com o presidente Sarney, limitando-se a defender um sistema de governo com amplos poderes para o chefe do Executivo. Indagado se essa seria a posição do presidente da República, esquivou-se, sorrindo: "Digam que é a minha".

Sant'Anna repetiu o discurso que vem fazendo desde a semana passada, segundo o qual um presidente eleito com mais de 30 milhões de votos tem, necessariamente, de chefiar o governo. E considerou carente de legitimidade um primeiro-ministro saído do Congresso eleito no ano passado, em especial porque durante a campanha eleitoral ninguém falou sobre essa possibilidade.

"A melhor idéia é um sistema parlamentar misto, com o presidente forte e atribuições bem definidas. Está mais próximo do consenso do que o parlamentarismo puro defendido pelo senador Afonso Arinos."

Dias acha que Sarney fica se tiver êxito

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB), disse ontem, em Porto Alegre, que a definição da duração do mandato do presidente Sarney pela Constituinte dependerá do sucesso ou fracasso do plano de estabilização econômica do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. "A questão econômica e social vai se refletir na Constituinte. Se o Plano Bresser estiver tendo resultados positivos, se estiver se consolidando, é provável que o mandato seja fixado em cinco anos. Se estiver frustrando as expectativas da população, é evidente que a eleição se antecipará", afirmou o governador paranaense.

Depois de uma reunião com o governador gaúcho, Pedro Simon, no Palácio Piratini, Álvaro Dias ponderou que o ideal são mandatos presidenciais de quatro anos, com possibilidade de disputa de reeleição. Observou, entretanto, que "estamos vivendo um momento atípico, em que estamos construindo a fase final da transição. E o mandato do presidente está ligado à situação econômica e social".

Para Álvaro Dias, o PMDB não deve tentar impor nenhuma proposta aos constituintes, pois esta foi uma decisão da convenção nacional do partido: tanto a questão da duração do mandato, quanto o regime de governo devem ser decididas pelo critério exclusivo das bancadas constituintes.

O governador do Paraná advertiu, ainda, que a adoção imediata do parlamentarismo poderia provocar uma nova frustração da Nação, como ocorreu quando o sistema foi implantado, às pressas, para tentar contornar a crise desencadeada pela renúncia de Jânio, em 1961.



Os 80 mais fortes, mas só no barulho

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Os constituintes de esquerda não ultrapassam 80. Numericamente insignificante, devemos reconhecer que a algazarra e algaravia que produzem dão a equivocada impressão de poderoso e bem instrumentado grupo político." Esta é a conclusão a que chegou o antigo comentarista político, ex-deputado pela Arena e atual senador pelo PFL do Maranhão, Edison Lobão, após pesquisa que realizou na Assembléia Nacional Constituinte.

"Não aceito que a esquerda marlete com tanta insistência contra o conservadorismo brasileiro, disse Lobão. Não me refiro, é claro, ao conservadorismo bolorento e retrógrado, e, sim, ao conservadorismo moderno. Conservadora é a Europa, conservador é o PMDB moderno. No instante em que o comunismo e o socialismo abrem falência na URSS, vamos-nos voltar para esse sistema? Isto seria encantarmo-nos com uma ideologia totalmente retrógrada."

Deputado pede respeito ao direito à propriedade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados Rosa Prata (PMDB-MG) e Gérson Peres (PDS-PA) condenaram ontem energicamente, no plenário da Câmara, a intenção de se incluir no texto constitucional dispositivo permitindo a imissão imediata de posse de terras desapropriadas para fins de reforma agrária. Segundo Rosa Prata, a questão já está decidida pelo próprio projeto de Constituição, que garante o direito à propriedade. A seu ver, se o direito à propriedade está assegurado, não há por que se falar em imissão imediata de posse em terras desapropriadas por atos do Poder Executivo.

O deputado Gérson Peres argumentou que o projeto de Constituição prevê a criação de uma Justiça Agrária, exatamente para dirimir conflitos relativos à terra, inclusive atos de desapropriação: "É uma aberração, uma subversão das normas do Direito permitir-se que terceiros ocupem terras desapropriadas

Edison Lobão prosseguiu numa advertência: "Não é possível que, no instante em que cuidamos de definir as leis fundamentais do País, deixemos-nos intimidar pela ação estrepitosa de escassa e ruidosa minoria que não nos oferece nada de novo. Tem apenas o apelo a velhos e surrados chavões, degradados pelo tempo".

O que somos? perguntou o senador maranhense. E ele mesmo respondeu: "Somos o retrato do pensamento do povo. A fisionomia da sociedade brasileira. Se, no mínimo, dois terços dos constituintes são políticos do centro, liberais, conservadores ortodoxos e conservadores modernos, constituímos mais de 400 constituintes. Os que querem, de fato, fazer o Brasil retroagir à negritude do esquerdismo radical não vão além de 80 constituintes. Não são, como parecem, poderosos e bem instrumentados. São apenas os detentores eventuais dos megafones. Aliás, se repararmos bem, a julgar pelo que se viu na última greve geral, até o megafone começa a lhes faltar".

por ato de arbítrio do Poder Executivo, sem que o Poder Judiciário se manifeste sobre possíveis ilegalidades".

O deputado José Genoíno (PT-SP) entende, contudo, que, "sem a imediata imissão de posse, não haverá reforma agrária". E o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) encaminhou requerimento de informações ao Poder Executivo para saber qual é a extensão das terras pertencentes a estrangeiros no Brasil, preocupado com a notícia publicada ontem pelo **Correio Brasileiro** de que a legislação permite que 25% do território nacional fique na mão de não brasileiros.

CNBB

O Conselho Permanente da CNBB reúne-se de hoje até sexta-feira para analisar, entre outros temas, a conjuntura sócio-política brasileira, a situação da reforma agrária no País e seu andamento na Constituinte, e as propostas específicas da Igreja sobre o direito à vida, ordem econômica, liberdade e educação religiosa.